

MEIO AMBIENTE: O QUÊ VIRA CASO DE POLÍCIA?

Ana Luísa Vieira de Azevedo¹

Paulo Gonzaga M. de Carvalho²

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo identificar e quantificar quais os tipos de crimes ambientais vêm sendo registrados como uma ocorrência policial segundo a Legislação Ambiental Brasileira (Lei 9.605/98) nas Delegacias de Polícia Civil, no estado do Rio de Janeiro, no período de 2002 a 2006. Com esse intuito foi adotada uma tipologia com base na Nova Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) que caracteriza os crimes ambientais como crimes contra a fauna, crimes contra a flora, poluição e outros crimes ambientais, crimes contra o ordenamento urbano, e crimes contra a administração ambiental.

É preciso levar em conta que ao se direcionar o estudo apenas para as ocorrências feitas em delegacias de polícia está se tratando de um universo restrito de dados no que diz respeito à questão ambiental no estado do Rio de Janeiro. Contudo, acredita-se que esta é uma importante iniciativa para reunir informações para a realização de trabalhos futuros.

Constatamos que é muita baixa a incidência de crimes ambientais no Estado. Esses representam em média apenas 0,4% do total de crimes registrados e esse percentual pouco se alterou no período analisado. Em números absolutos, foram registrados, em média, 2219 crimes ambientais por ano, no período analisado. Apenas 19,1% dos crimes ambientais foram notificados na delegacia especializada em crimes ambientais. Na média do período analisado os crimes de maior incidência são: crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural (32,2%), crimes contra a administração ambiental (23,3%), crimes contra a fauna (19,9%), poluição e outros crimes ambientais (12,7%), e crimes contra a flora (11,8%). Os resultados, relativos ao ano de 2006, mostram grande dispersão na incidência de crimes ambientais pelos municípios do Estado. Os locais com maior participação são: Rio de Janeiro (28,3%), Niterói (3,8%), Duque de Caxias (3,0%) e São Gonçalo (2,1%).

Palavras-Chave

1. Crimes Ambientais. 2. Meio Ambiente. 3. Registro de Ocorrência. 4. Delegacia de Polícia
5. Crimes

1) Introdução

O controle pelo poder público da produção de agentes poluidores e demais elementos nocivos ao meio ambiente se faz de forma a garantir a real aplicação de determinações legais, uma vez que a proteção ambiental está prevista judicialmente no Brasil.

¹ Gerente de Pesquisa do Instituto de Segurança Pública, Rio de Janeiro. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE, Mestre em Sociologia por IFCS/UFRJ e Bacharel em Ciências Sociais por IFCS/UFRJ. Contato: analuisa.azevedo@bol.com.br

² Professor do Mestrado e da Especialização da ENCE-IBGE e da graduação da UNESA. Contato: paulo.mibielli@ibge.gov.br.

Desta maneira, concomitante com os vários órgãos de controle ambiental, existe a figura da polícia atuando no cumprimento da legislação ambiental vigente.

A polícia em âmbito estadual pode atuar de duas formas prioritariamente: ostensivamente coibindo a degradação ambiental (Polícia Militarⁱ) ou investigando os crimes ambientais ocorridos registrados oficialmente (Polícia Civil) e os encaminhando a justiça.

No estado do Rio de Janeiro a base das estatísticas criminais é coletada através da polícia civil, por meio dos RO – Registros de Ocorrência – que é um documento oficial emitido pelas delegacias de polícia quando é registrada uma queixa. (Borges & Dirk, 2007)

Sendo assim, este artigo pretende identificar quais tipos de crimes ambientais vêm sendo registrados como uma ocorrência policial segundo a Legislação Ambiental Brasileira (Lei 9.605/98) nas Delegacias de Polícia Civil, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de identificar e quantificar as ocorrências relacionadas a crimes ambientais registradas, no período de 2002 a 2006, em todas as delegacias de polícia do Estado e na Delegacia Especializada de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA).

2) Metodologia

O estudo se caracteriza por ser de cunho quantitativo envolvendo análise da bibliografia sobre o tema e o levantamento de informações dos registros de ocorrência lavrados em delegacias de polícia no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2002 e 2006.

Vale ressaltar que os bancos de dados com os registros de ocorrência relacionados a crimes ambientais foram fornecidos pelo Instituto de Segurança Públicaⁱⁱ, autarquia vinculada a Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro.

3) A Legislação Ambiental

A proteção ambiental está prevista na Constituição Federal, em leis, decretos e normas regulamentares. Neste sentido, destaca-se a Constituição Federal de 1988, a Nova Lei de Crimes Ambientais (Lei Nº 9.605/98), o Decreto Federal Nº 3.179 de 1999 e a Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Em “Curso de Direito Ambiental” Paulo de Bessa Antunes ressaltava que “a Constituição Federal, conforme disposição contida no artigo 225, elevou o meio ambiente à condição jurídica de ‘bem de uso comum do povo’ e atribuiu à coletividade e ao poder público o dever de zelar pela sua proteção e preservação”. (Antunes, 1990, p.27)

De acordo com a Constituição de 1988, § 1º, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Ainda citando o artigo 225 da Constituição Federal ressalta-se o § 3º que estipula que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Em 1998, foi sancionada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Nova Lei de Crimes Ambientais. Segundo o artigo 3º, do Capítulo 1, “as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”. No parágrafo único deste capítulo, fica estabelecido que “a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato”.

No Capítulo V, da Nova Lei de Crimes Ambientais, é definido o que se caracteriza como um crime contra o meio ambiente:

- Seção I, crimes contra a fauna;

- Seção II, crimes contra a flora;
- Seção III, poluição e outros crimes ambientais;
- Seção IV, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural;
- Seção V, crimes contra a administração ambiental.

O Decreto Federal Nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, “dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”.

De acordo com o artigo 60, Capítulo 3, “as multas previstas neste Decreto podem ter a sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental”.

A Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. Esta lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

4) O Papel da Polícia

Segundo Antunes (1990), o poder de polícia, reconhecido como atuação positiva do estado, é executado para estabelecer limitações à atividade individual, a fim de que se assegure a preservação da paz pública e do bem-estar geral. O estado atua como um instrumento de garantia da observância dos direitos sociais.

“É indiscutivelmente o poder de polícia, uma restrição imposta, coativamente, pelo estado aos cidadãos, restrição esta que atinge fundamentalmente à liberdade e à propriedade individual.” (Ibid., id., p.33)

O poder de polícia é expresso como uma atividade tipicamente estatal e indelegável a particulares. Este poder de atuação estatal, preventiva ou repressiva, visa coibir ou evitar danos sociais. Desta forma, a atividade privada não pode prejudicar a ordem pública genericamente considerada, como saúde, segurança, moralidade pública.

O Estado, como se vê, age por meios coativos que são postos à sua disposição pela Lei. A execução de todas as normas relativas ao tema em exame é atribuição da autoridade de polícia que é a capacidade para promover a respectiva regulamentação a ser posta em prática pelo pessoal de polícia, isto é, pelos agentes

responsáveis pelo cumprimento da observância da ordem emanada da autoridade competente, nos exatos termos em que esta tenha sido proferida, atentando-se para o fato de que o pessoal de polícia não está obrigado a cumprir a determinação manifestamente ilegal. (Ibid., id., p.38)

Desta maneira, existe uma ordem pública do meio ambiente que deve ser preservada tanto pelo Estado como pelas pessoas físicas e jurídicas. “... o poder de polícia deve atuar de forma consistente visando a assegurar a ‘ausência de distúrbios’ em matéria ambiental”. (Ibid., id., p.40)

Este autor aponta a existência de uma polícia ecológica ou ambiental que tem como objetivo a preservação do meio ambiente a fim de que este possa cumprir o seu papel de direito constitucionalmente assegurado às gerações presentes e futuras.

Entretanto é necessário que se faça a distinção entre a polícia organicamente considerada (como Polícia Federal, Polícia Civil) e o poder de polícia enquanto atribuição do estado com a finalidade de tutelar e resguardar os valores e bens que estão sendo arrolados ao longo do presente.

A Constituição de 1988 estabelece que as polícias estaduais se dividem em duas: a polícia militar, responsável pelo policiamento ostensivo, e a polícia civil responsável pelos procedimentos judiciais e investigativos.

Desta maneira, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) executa com exclusividade as funções de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. A partir da comunicação e do registro da incidência criminal, a Polícia Civil trabalha em atividades investigativas, com a coleta de provas e apuração da autoria dos crimes, e atividades judiciais, formalizando os resultados das investigações preliminares em documentos enviados ao Ministério Público e Judiciário.

Diversas instituições de caráter governamental atuam, além da própria polícia (Militar, Civil e Federal), como órgãos fiscalizadores da preservação ambiental federal ou estadual, como o IBAMAⁱⁱⁱ e a FEEMA^{iv}.

No entanto, a Polícia Civil é que tem o poder de apurar e encaminhar o inquérito proveniente do registro do delito ao Ministério Público. Os demais órgãos de controle ambiental também possuem o poder de fiscalizar e prevenir condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, mas, no entanto, aplicam sanções administrativas^v.

O estado do Rio de Janeiro possui uma delegacia especializada em crimes ambientais, a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA). Criada em 2001^{vi}, “a DPMA existe para

servir a sociedade na proteção e reparação de danos ao nosso meio ambiente. Sua missão é fazer cumprir a legislação existente obstruindo ou reparando os danos causados a natureza e ao meio ambiente”^{vii}.

À Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente cabe adotar medidas necessárias para investigação, prevenção, repressão e apurando as infrações penais lesivas ao Meio Ambiente, incluindo-se os atos lesivos a fauna, pesca, flora, poluição, ordenamento urbano e patrimônio cultural. Podendo, para tanto, desenvolver programas, por iniciativa própria ou conjugadamente com organismos rurais e/ou entidades privadas, que objetivem a eliminação dos processos de poluição prejudiciais ao bem estar da comunidade, à sua saúde, segurança e outros pertinentes à proteção do meio ambiente. (Trecho extraído do site da DPMA^{viii}, julho de 2007)

Cabe destacar que um registro de ocorrência pode ser feito em qualquer delegacia de polícia do estado do Rio de Janeiro, independente do crime a ser notificado. Desta forma, ainda que exista uma delegacia especializada em crimes ambientais, o registro sobre este tipo de crime pode ser lavrado em qualquer delegacia do Estado^{ix}.

5) Ocorrências de Crimes Ambientais Registradas em Delegacias de Polícia no Estado do Rio de Janeiro

Para o desenvolvimento do estudo foram analisados dois tipos de bancos de dados, considerando o período entre os anos de 2002 a 2006: um com todas as ocorrências registradas em delegacias de polícia do Estado que fossem relacionadas à Nova Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), e outro com todos os tipos de ocorrências registradas na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA).

A seleção dos títulos considerados como crimes previstos na Lei 9.605/98 foi realizada segundo a categorização da própria Polícia Civil. De acordo com os códigos de todos os títulos da Polícia Civil foram selecionados aqueles que se julgou tratar de crimes ambientais^x.

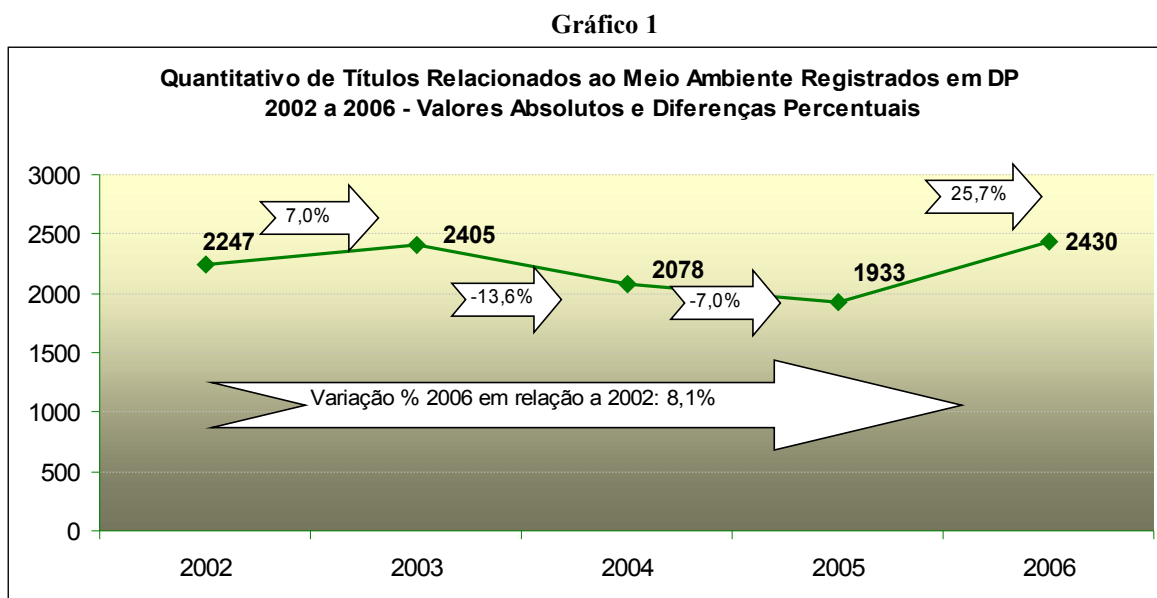
Segundo o Manual de Preenchimento – Formulário de Coleta Mensal de Ocorrências Criminais e Atividades da Polícia, Módulo Polícia Civil, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), os crimes contra o meio ambiente representam a soma de todas as ocorrências de crimes dolosos e culposos contra o meio ambiente previstos em legislação especial^{xi}.

É importante levar em consideração que a categorização de títulos da Polícia Civil apresentou mudanças ao longo do tempo. Com a criação do Sistema Estadual de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal^{xiii} ocorreram alterações no sistema de coleta de dados da Polícia Civil.

Até o ano de 2004, a Assessoria de Planejamento e Controle (ASPLAN) era responsável pela consolidação mensal dos registros de ocorrência da Polícia Civil, a partir de 2005^{xiii}, estes dados passam a ser de responsabilidade do Grupo Executivo do Programa Delegacia Legal e Batalhão Legal (GEPDLBL)^{xiv}. Isto ocasionou algumas mudanças nos códigos utilizados para categorizar os títulos que afetaram a série de crimes ambientais de 2002 a 2006. Portanto nas informações aqui descritas foi preciso considerar estas alterações nas titulações de crimes ambientais.

5.1) Análise das Ocorrências registradas em Delegacias de Polícia do estado do Rio de Janeiro

O gráfico abaixo se refere ao quantitativo de todas as ocorrências relacionadas a crimes ambientais registradas nas Delegacias de Polícia do estado do Rio de Janeiro, no período de 2002 a 2006, independentemente do registro ter sido lavrado na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA).



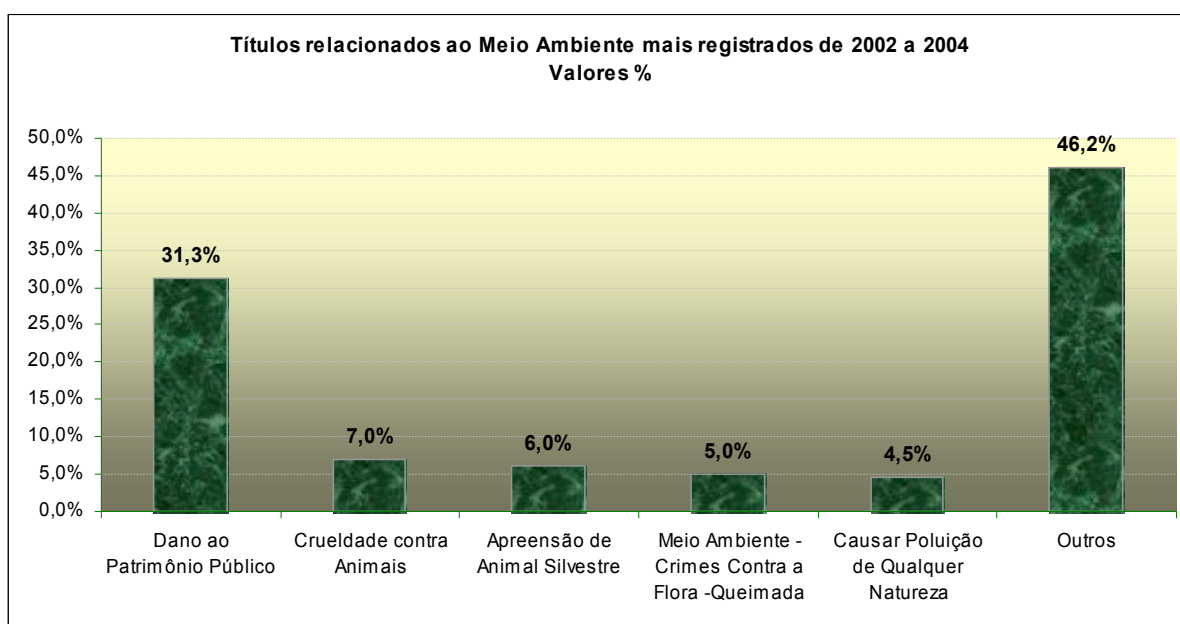
Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

No gráfico 1, observa-se que o ano de 2006 registrou o maior volume de registros de crimes relacionados ao meio ambiente na série histórica analisada. Apesar da redução do

número de registros de ocorrência entre os anos de 2003 e 2005, o ano de 2006 quando comparado ao ano de 2002, apresentou um aumento de 183 registros, ou aproximadamente 8,1%.

Os gráficos 2 e 3 apresentam os percentuais dos títulos relacionados ao meio ambiente mais registrados. Optou-se por fazer gráficos separados para o período entre os anos de 2002 a 2004 e para os anos de 2005 a 2006, pois como já explicitado, há diferenças nas categorizações dos títulos da Polícia Civil de 2002 a 2006.

Gráfico 2



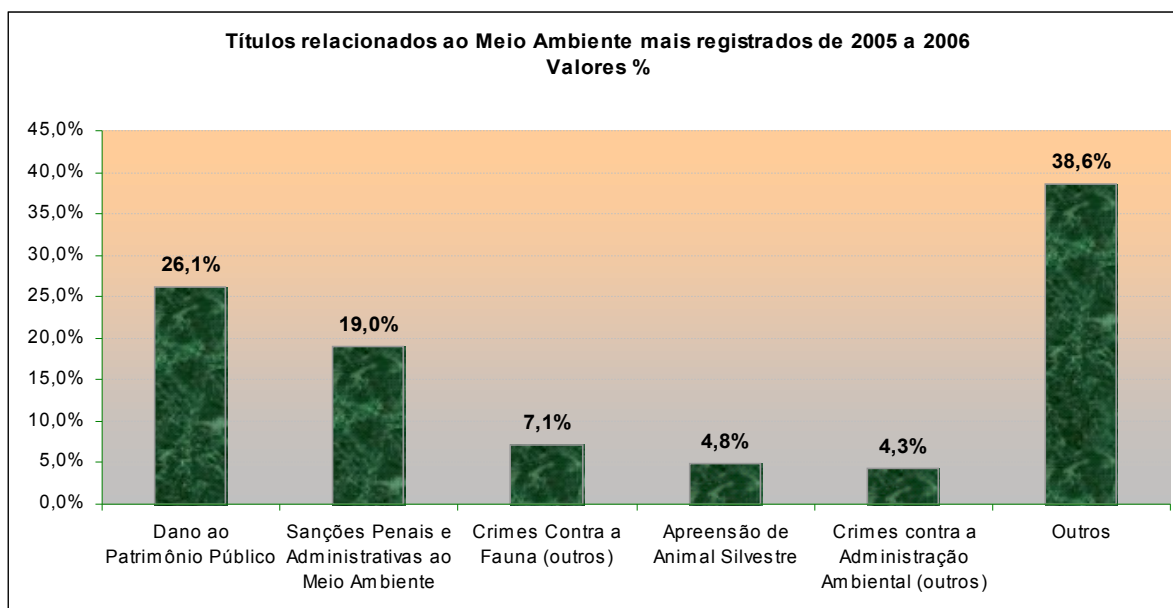
Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Entre os anos de 2002 e 2004, o título que apresentou maior número percentual foi *dano ao patrimônio público*, com 31,3%. Este título se enquadra na Lei 9605/1998, como um crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. *Crueldade contra os animais*, que representa um crime contra a fauna, teve o segundo maior percentual, com 7,0%.

Os cinco títulos descritos no gráfico 2, corresponderam a 53,8% do total de títulos registrados de 2002 a 2004 relacionados a Lei de Crimes Ambientais.

O título *meio ambiente – crime contra o meio ambiente (outros)* foi retirado da análise dos títulos com maior número de registros, pois não permite a descrição do tipo de crime ambiental que está se sendo registrado.

Gráfico 3



Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Nos anos de 2005 e 2006, dano ao patrimônio público também aparece em primeiro lugar, com 26,1%. Em segundo lugar, ficou o título sanções penais e administrativas ao meio ambiente, com 19,0%. Os cinco títulos com maior presença representaram 61,4% do total dos registros de crimes contra o meio ambiente feitos nos anos de 2005 e 2006.

A seguir serão analisadas tabelas de 1 a 5, com a descrição de todos os títulos^{xv}, que estão no anexo 1, relacionados a crimes contra o meio ambiente, no período de 2002 a 2006, agrupados segundo categorização da Lei 9605/1998 da seguinte forma: crimes contra a fauna, crimes contra a flora, poluição e outros crimes ambientais, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, e crimes contra a administração ambiental.

As cores atribuídas para os títulos nas tabelas foram utilizadas para descriminar o período que determinado título estaria vigorando. Devido a alterações nos códigos dos delitos utilizados pela polícia civil durante o período considerado na análise, os títulos dos crimes relacionados ao meio ambiente foram separados em diferentes períodos: de 2002 a 2004, de 2005 a 2006, ou de 2002 a 2006. Esta diferenciação na análise se fez necessária para que não houvesse erros de interpretação, já que a partir de 2005 alguns códigos de títulos usados para crimes ambientais foram substituídos^{xvi} ou complementados com outros.

Por exemplo, nos crimes contra a fauna houve uma queda no quantitativo da titulação *crueldade contra animais*, nos anos de 2005 e 2006 comparados aos anos de 2002 a 2004. Isto

pode ser explicado pela criação a partir de 2005 do título *maus-tratos contra animais silvestres* que ao detalhar o tipo de delito cometido, reduziu o número de registros de *crueldade contra os animais*. Isto demonstra que não houve de fato uma redução nas ocorrências de *crueldade contra os animais*, mas sim que passou a ser detalhado em outro título o caso específico dos animais silvestres.

É possível ainda observar que alguns títulos têm o número de registros de ocorrência zerado nas tabelas apresentadas abaixo. Embora isso demonstre que, entre os anos de 2002 e 2006, não houve nenhum registro sobre estes tipos de crime contra o meio ambiente, é interessante deixá-los nas tabelas para que se possa tomar conhecimento da existência destes detalhamentos na categorização da Polícia Civil.

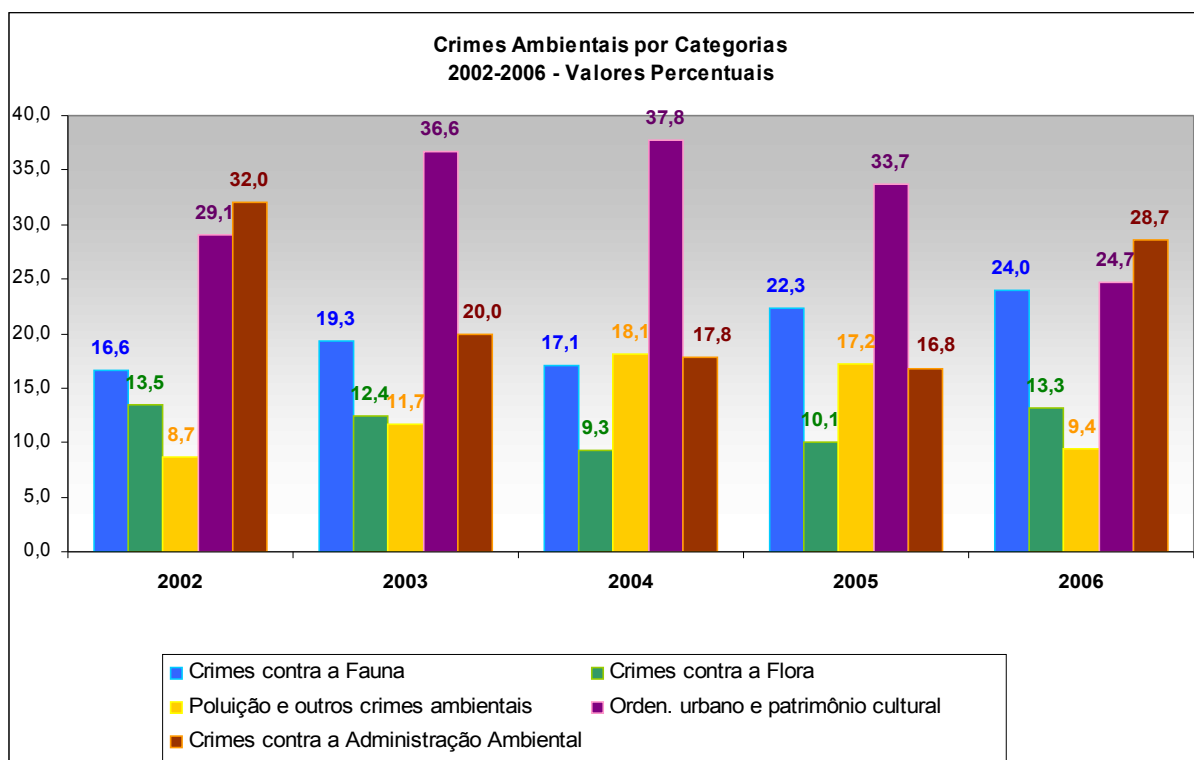
Os crimes contra a flora e relativos à poluição e outros crimes ambientais são os de mais baixa incidência, em média representam 11,8% e 12,7% das ocorrências no período. A participação dos crimes contra a flora no total de crimes ambientais pouco se alterou no período, enquanto os relativos à poluição e outros crimes ambientais aumentaram gradativamente até 2004, decrescendo depois (gráficos 4, 5 e 6).

Os crimes contra administração ambiental representaram em média 23,3% dos crimes ambientais e estiveram em queda até 2005, aumentando em 2006. De 2005 para 2006 os crimes ambientais contra administração ambiental elevaram seus valores a mais que o dobro, o que representou um aumento de 115,1% nos valores de 2005 para o ano de 2006. Enquanto em 2005 foram registrados 324 crimes contra a administração, em 2006 este valor subiu para 697 (gráficos 4 e 7).

Os crimes contra a fauna têm em média 19,9% do total e esta é a categoria com maior tendência de aumento de participação. Em 2006 respondiam por 24,0% dos crimes ambientais e em 2002 por 16,6% do total dos crimes ambientais. Ao considerarmos os valores da série histórica dos crimes contra a fauna observa-se um aumento percentual de 55,6%, do ano de 2006 (582 registros) em relação ao ano de 2002 (374 registros) (gráficos 4 e 8)

Os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural têm a maior incidência respondendo por 32,2% do total, em média, crescendo em números absolutos de 2002 a 2003, decrescendo depois. Sua tendência de 2002 a 2006 é de redução de volume de registros (gráficos 4 e 9).

Gráfico 4



Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Gráfico 5

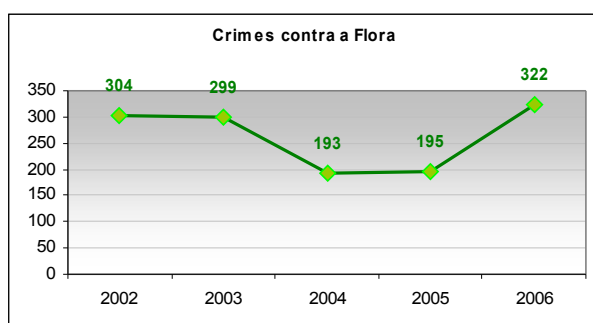
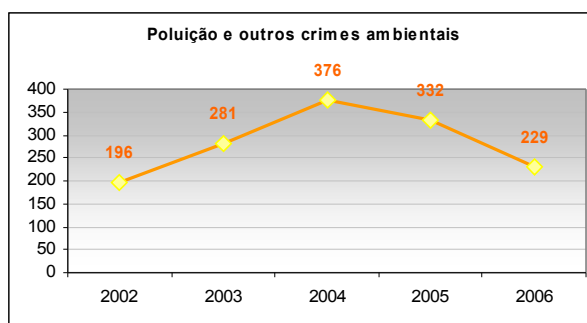


Gráfico 6



Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Gráfico 7

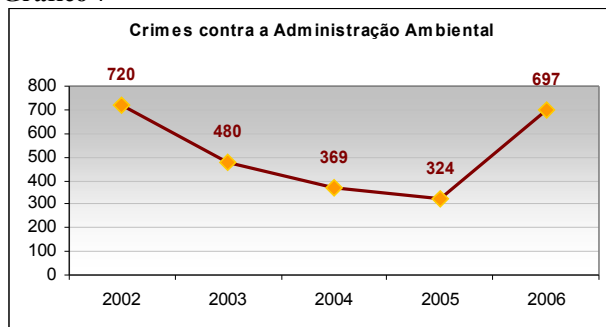
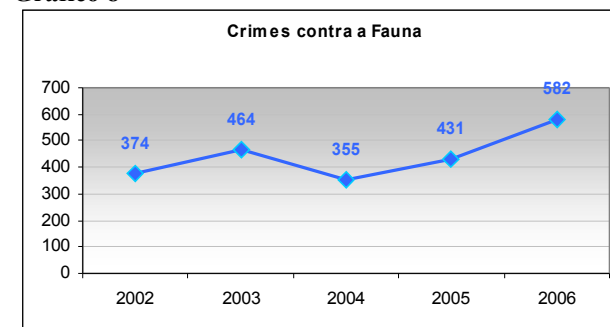
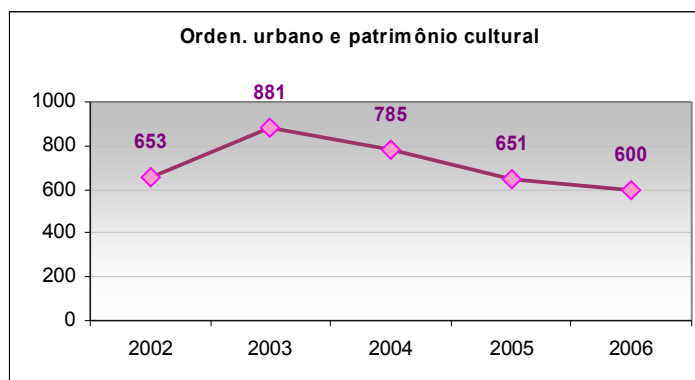


Gráfico 8



Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Gráfico 9



Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

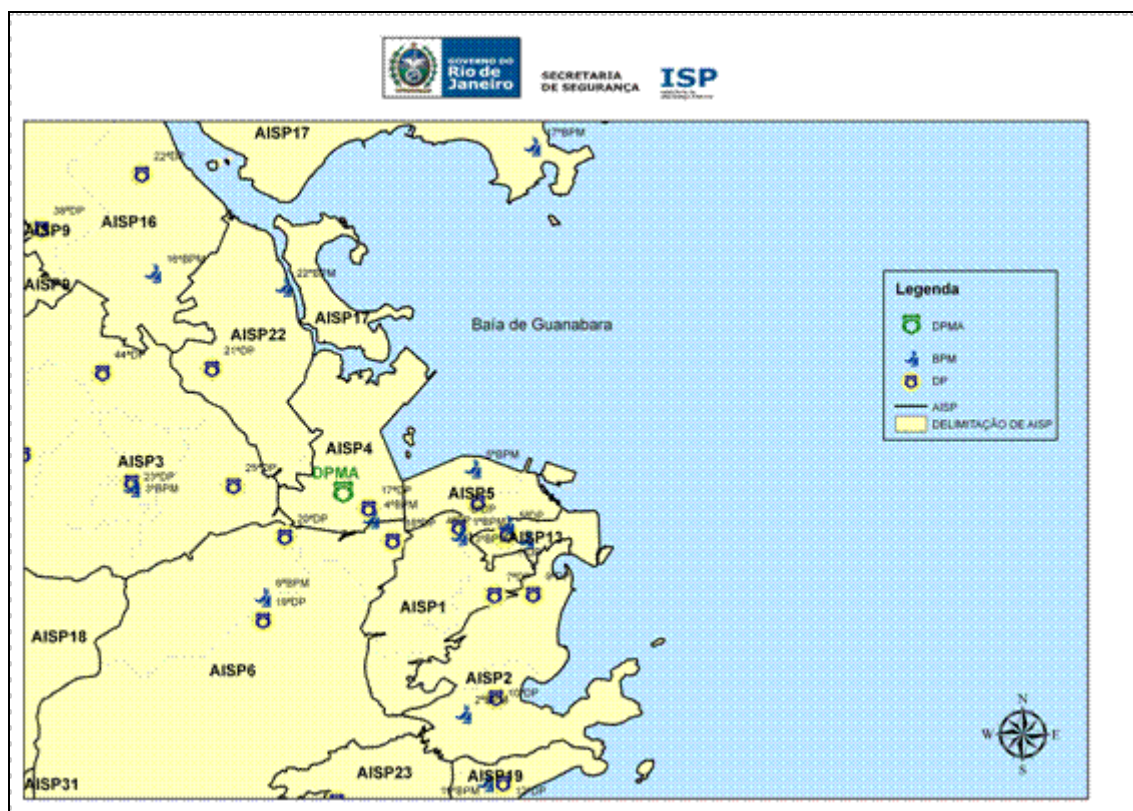
Considerando os municípios em que ocorreram crimes ambientais no estado do Rio de Janeiro, durante o ano de 2006, observa-se que há uma grande dispersão na incidência de crimes ambientais pelos municípios do Estado (tabela 6 no anexo). Os locais com maior incidência de crimes ambientais são a capital Rio de Janeiro (com 687 registros ou 28,3%), seguida por Niterói (com 92 registros ou 3,8%) e Duque de Caxias (com 72 ocorrências ou 3,0%).

Estes números representam todos os registros de crimes ambientais feitos no Estado independentemente do tipo de ocorrência. No entanto, ocorre que os municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias ficam em áreas preponderantemente urbanas do Estado. Desta maneira, seria interessante realizar um estudo mais detalhado em que fosse possível identificar quais são os tipos de crimes contra o meio ambiente mais recorrentes em cada um destes três municípios, para que se possa saber por exemplo, se os crimes contra o ordenamento urbano são maioria.

5.2) Análise das Ocorrências registradas na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA)

A DPMA fica localizada no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro (mapa 1). Faz parte da Área Integrada de Segurança Pública^{xvii} (AISP) 04, que abrange os bairros do Caju, Mangueira, São Cristóvão e Vasco da Gama, todos pertencentes à circunscrição^{xviii} da 17ª DP.

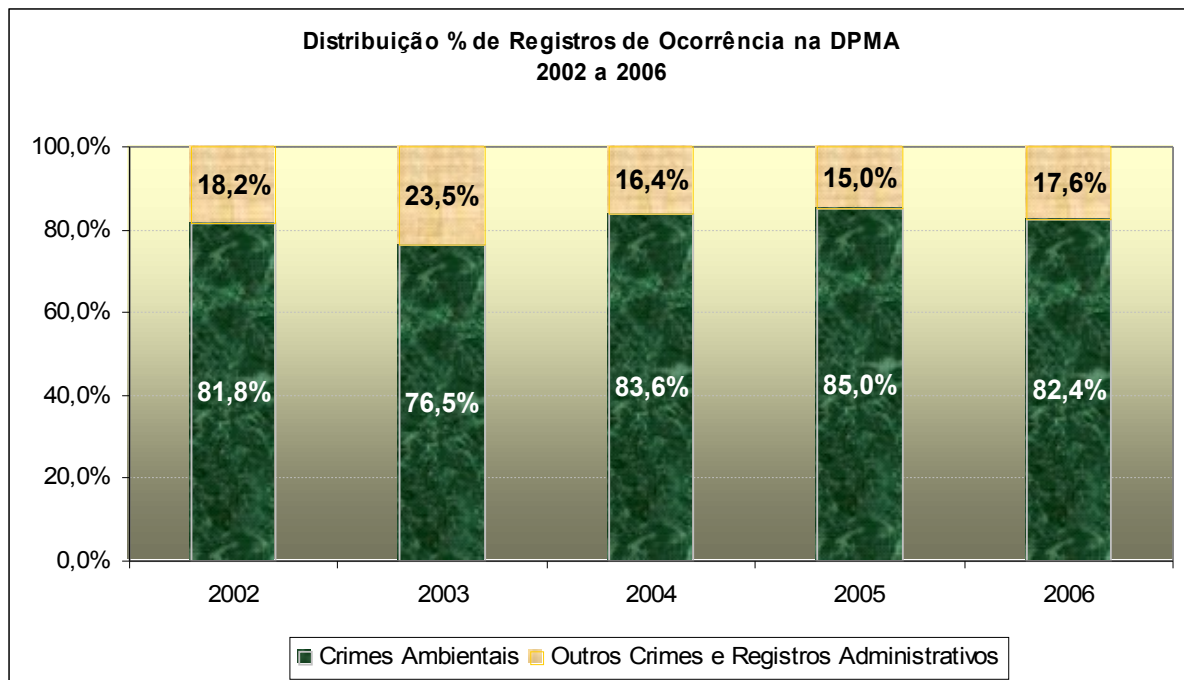
Mapa 1ⁱ de Localização da DPMA no estado do Rio de Janeiro



(i) Elaborado pelo Instituto de Segurança Pública^{xix}

Observando-se a distribuição percentual dos tipos de registros de ocorrência lavrados na DPMA durante os anos de 2002 a 2006 constata-se que a maior parte dos registros dizem respeito a crimes ambientais, com uma média de 81,9% (gráfico 10).

Gráfico 10

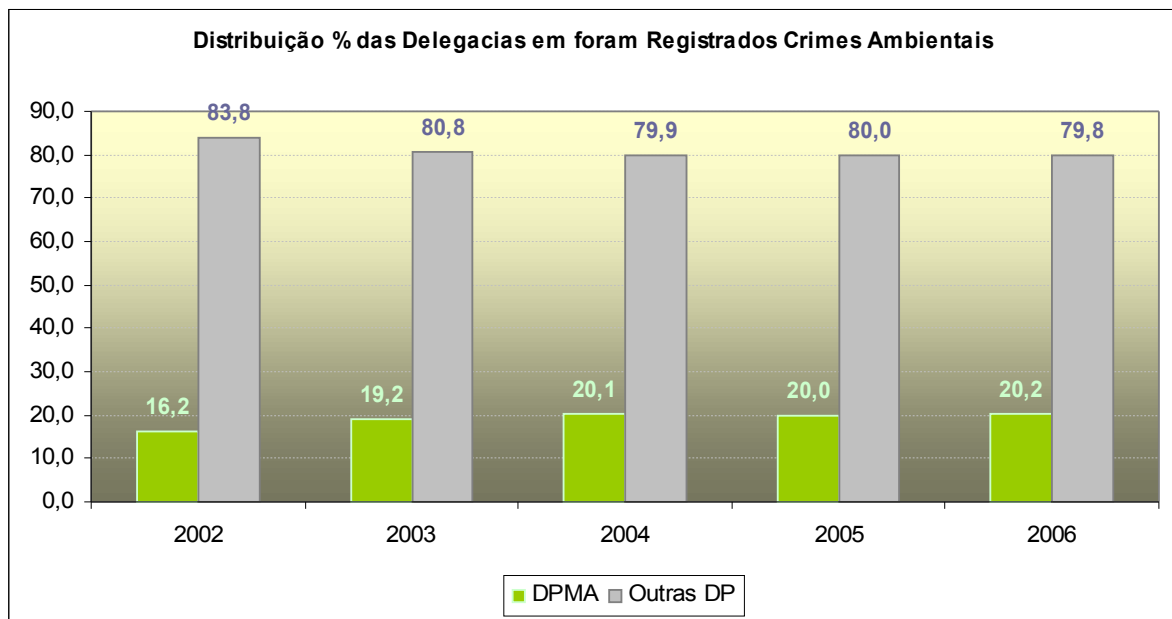


Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

É esperado que a maior parte dos crimes registrados na DPMA seja relacionada ao meio ambiente, já que se trata de uma delegacia especializada neste tema, a novidade são os outros tipos de crimes registrados (em média 18,1%). É sabido que um crime pode ser registrado em qualquer delegacia de polícia, independente de sua natureza. No entanto, é uma informação interessante o fato de haver outros tipos de registros que não estão relacionados ao meio ambiente na DPMA, que fica na região norte da cidade do Rio de Janeiro, com diversas delegacias próximas a ela.

Uma outra informação a ser destacada é o baixo percentual de registros de crimes ambientais lavrados na DPMA em comparação com os registros feitos nas outras delegacias de polícia do Estado. Em média a DPMA concentrou, de 2002 a 2006, 19,1% dos registros de crimes ambientais feitos no estado do Rio de Janeiro (gráfico 11).

Gráfico 11



Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Considerações Finais

Analizamos nesse artigo uma base de dados nunca explorada no Rio de Janeiro e possivelmente no Brasil. Como essa é uma primeira exploração, as estatísticas analisadas nos colocam mais perguntas que respostas. Entre as respostas encontradas destacamos a constatação de que é baixíssimo o número de crimes ambientais registrados, em relação ao total dos crimes do Estado. Esse percentual é muito baixo (0,4%) e estável. Por que esses índices são tão baixos? Será apenas porque a violência no Estado é grande que os crimes ambientais acabam ficando num segundo plano? Ou será que a população não procura a polícia e sim a FEEMA quando se trata de delito ambiental? Ou será que a população por algum motivo não toma a iniciativa de denunciar crimes ambientais?

Destas perguntas talvez a mais fácil de ser respondida é sobre a relação que há entre o baixo percentual de registros de ocorrência de crimes contra o meio ambiente e o total de registros de ocorrência do Estado. No período de janeiro a junho de 2007, no estado do Rio de Janeiro, a distribuição percentual dos tipos de registros de ocorrência foi a seguinte: crimes contra o patrimônio, 53,4%; crimes contra a pessoa, 30,3%; crimes contra os costumes, 0,7%; outros títulos, 15,6%. Com a apresentação destes números é compreensível que o percentual de crimes contra o meio ambiente seja baixo em relação ao total de registros do Estado, visto que este número é agregado na categoria “outros títulos”.

A evolução dos crimes segundo as deferentes categorias também levanta mais questões. Por que crimes contra a fauna cresceram tanto? Por que os crimes contra administração ambiental também cresceram tanto, especialmente de 2005 a 2006? A explicação está na violência contra animais domésticos e na crise da FEEMA?

No caso dos crimes contra a fauna a hipótese que levantamos é de que sua participação é grande e crescente, por incluir violência contra animais, inclusive animais domésticos – que se mostra como uma população em franca expansão, o que é visível pela expansão de *Pet Shops* pela cidade.

No caso do decréscimo em 2005 e 2006 de registros relacionados à poluição e outros crimes ambientais, acreditamos que a população tenderia a procurar o órgão ambiental (FEEMA) para registrar a sua reclamação por essa ser a entidade de fiscalização ambiental mais conhecida no Estado e identificada com esses temas (ex: poluição do ar e da água).

Contudo, é difícil encontrar uma explicação para o baixo percentual dos crimes contra a flora no estado do Rio de Janeiro (em média 9,8% dos crimes ambientais), a não ser o fato do Estado já ter sofrido grande desmatamento no passado, e, portanto já não haver tanto o que desmatar.

O aumento dos crimes contra administração ambiental de 2005 para 2006 (115,1%) também é intrigante. Esse tipo de crime consiste basicamente em denúncias contra servidores públicos da área ambiental, em punições para cidadãos que dificultem a ação fiscalizadora do Poder Público ou que façam afirmações falsas ou enganosas em procedimentos de autorização ou licenciamento ambiental. Esse resultado pode ter sido influenciado pelo ano eleitoral e pela crise da FEEMA que passa atualmente por um processo de reestruturação, junto com toda área ambiental do governo estadual.

Outra informação interessante que tivemos com o nosso levantamento foi o número pequeno de registros lavrados pela Delegacia de Polícia especificamente voltada para crimes ambientais (DPMA), com 19,1% do total de registros de crimes ambientais feitos no estado do Rio de Janeiro.

Acredita-se que a existência de uma delegacia especializada em meio ambiente no estado do Rio de Janeiro é um avanço na discussão da problemática ambiental. No entanto, o fato é que a procura por ela para fazer um registro de ocorrência de crime ambiental é baixa.

Não obstante, a principal questão a se indagar no caso da DPMA não é o volume de registros de ocorrência que são lavrados nela, mas sim se os registros de crimes ambientais feitos em todas as demais delegacias do Estado são encaminhados para a investigação na DPMA, que teoricamente está muito mais capacitada para tratar destas questões.

É preciso levar em conta que ao se direcionar o estudo apenas para as ocorrências registradas em delegacias de polícia está se tratando de um universo restrito de dados no que diz respeito à questão ambiental no estado do Rio de Janeiro. Contudo, acredita-se que esta é uma importante iniciativa para reunir informações para a realização de trabalhos futuros.

Referências

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Curso de Direito Ambiental – Doutrina, Legislação e Jurisprudência**. Rio de Janeiro: Renovar, 1990.

BORGES, Doriam & DIRK, Renato. Compreendendo os dados de violência e de criminalidade. IN: MIRANDA, Ana Paula Mendes de e TEIXEIRA, Paulo Augusto (org). **Polícia e Comunidade: temas e desafios na implantação de conselhos comunitários de segurança**. Rio de Janeiro: Coleção Instituto de Segurança Pública. Série Conselhos Comunitários de Segurança, Volume 1, 2006.

TEIXEIRA, Paulo Augusto S. & PAES, Vivian F. As Competências do Estado na Segurança Pública. IN: MIRANDA, Ana Paula Mendes de e TEIXEIRA, Paulo Augusto (org). **Polícia e Comunidade: temas e desafios na implantação de conselhos comunitários de segurança**. Rio de Janeiro: Coleção Instituto de Segurança Pública. Série Conselhos Comunitários de Segurança, Volume 1, 2006.

<http://www.policiacivil.rj.gov.br/dpma/index2.htm>

<http://www.policiamilitar.rj.gov.br/bpfma/index.htm>

Anexo 1

Tabela 1
Crimes contra a Fauna
2002-2006

Descrição dos Títulos	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Crueldade contra Animais	156	155	159	69	77	616
Apreensão de Animal Silvestre	191	136	79	79	131	616
Crimes Contra a Fauna (outros)	11	115	60	143	168	497
Maus-tratos Contra Animais Silvestres	n/d	n/d	n/d	43	51	94
Meio Ambiente - Crimes Contra a Fauna - Caçar ou Apanhar	6	39	37	n/d	n/d	82
Comercializar Ovos, Larvas ou Espécimes da Fauna Silvestre	n/d	n/d	n/d	31	47	78
Apreensão de Animal	1	7	9	15	22	54
Destruir ou Danificar Florestas Nativas	n/d	n/d	n/d	12	23	35
Maus-Tratos Contra Animais Silvestres, se Ocorre Morte do Animal	n/d	n/d	n/d	8	22	30
Caça sem a Devida Permissão	n/d	n/d	n/d	12	17	29
Pesca em Período Proibido	n/d	n/d	n/d	9	16	25
Proteção à Fauna	4	3	4	5	5	21
Meio Ambiente - Crimes Contra a Fauna - Pesca Proibida	4	9	7	n/d	n/d	20
Penetrar em Unidades de Conservação com instrumentos próprios para caça	n/d	n/d	n/d	1	3	4
Proibição da Pesca de Espécies em Período de Reprodução	1	0	0	1	0	2
Introduzir espécime animal no País sem licença	n/d	n/d	n/d	2	0	2
Prática Didático Científica da Visissecção de Animais	n/d	n/d	n/d	1	0	1
Pesca de Cetáceos	0	0	0	0	0	0
Modificar, Danificar ou Destruir Ninho, Abrigo ou Criadouro Natural	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Exportação de Peles e Couros de Anfíbios e Répteis	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Mortandade de Espécimes da Fauna Aquática	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Pesca com uso de explosivos ou substância tóxica	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Realiza Experiência Dolorosa ou Cruel em Animal Vivo	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Impedir a Procriação da Fauna	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Total	374	464	355	431	582	2206

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Tabela 2
Crimes contra a Flora
2002-2006

Descrição dos Títulos	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Crimes Contra a Flora (outros)	10	102	87	53	86	338
Meio Ambiente - Crimes Contra a Flora -Queimada*	149	154	33	n/d	n/d	336
***Desmatamento	131	0	16	0	n/d	147
Destruir ou Danificar Florestas Consideradas de Preservação Permanente	n/d	n/d	n/d	37	51	88
Código Florestal	6	7	25	22	26	86
Provocar Incêndio em Mata ou Floresta - Queimada	n/d	n/d	n/d	23	57	80
Apreensão de Balão	6	20	18	11	18	73
Extração de pedra, Areia, Cal ou Qualquer Espécie de Minerais	n/d	n/d	n/d	29	39	68
Comercialização ou Utilização de Motosserra	2	9	5	4	2	22
Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas	n/d	n/d	n/d	3	16	19
Exploração ou Solta de Balões	0	4	5	2	5	16
Receber ou Adquirir, Para Fins Comerciais ou Industriais, Madeira e Lenha	n/d	n/d	n/d	3	10	13
Queima de Fogos e Solta de Balão (Decreto Lei 3.688/41)	0	3	4	3	1	11
Comercializar madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal	n/d	n/d	n/d	3	4	7
Cortar ou Transformar em Carvão Madeira de Lei	n/d	n/d	n/d	2	5	7
Provocar Incêndio em Mata ou Floresta - Queimada - Culposos	n/d	n/d	n/d	0	2	2
Total	304	299	193	195	322	1313

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Tabela 3
Poluição e Outros Crimes
2002-2006

Descrição dos Títulos	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Causar Poluição de Qualquer Natureza	33	136	134	49	25	377
Extração de Substâncias Minerais	81	68	49	22	14	234
Estabelecimentos, Obras ou Serviços Potencialmente Poluidores	n/d	n/d	n/d	87	57	144
Poluição do Meio Ambiente (Política Ambiental)	7	2	115	2	3	129
Poluição e outros Crimes Ambientais (outros)	n/d	n/d	n/d	75	45	120
Poluição Hídrica	28	29	23	8	5	93
Poluição Atmosférica	20	20	20	8	3	71
Agrotóxicos	0	1	0	17	29	47
Executar Pesquisa, Lavra ou Extração de Recursos Minerais	n/d	n/d	n/d	20	22	42
Envenenamento de Água Potável, Substância Alimentícia ou Medicinal	0	9	12	12	5	38
***Poluição Sonora	24	0	12	n/d	n/d	36
Corrupção ou Poluição de Água Potável	1	8	4	10	5	28
Emissão de Fumaça, Vapor ou Gás	2	5	4	6	5	22
Produzir ou Comercializar Produto Nocivo à Saúde Humana	n/d	n/d	n/d	10	9	19
Envenenamento de Água Potável, Substância Alimentícia ou Medicinal - Tentativa	0	2	2	2	1	7
Envenenamento de Água Potável, Substância Alimentícia ou Medicinal - Culposa	0	1	0	2	0	3
Corrupção ou Poluição de Água Potável - Culposa	0	0	0	1	0	1
Crimes Nucleares	0	0	1	0	0	1
Causar Poluição de Qualquer Natureza Culposamente	n/d	n/d	n/d	1	0	1
Estabelecimentos, Obras ou Serviços Potencialmente Poluidores com Resultado Lesão Corporal	n/d	n/d	n/d	0	1	1
Corrupção ou Poluição de Água Potável - Tentativa	0	0	0	0	0	0
Difusão de Doença ou Praga	0	0	0	0	0	0
Difusão de Doença ou Praga - Tentativa	0	0	0	0	0	0
Difusão de Doença ou Praga - Culposa	0	0	0	0	0	0
***Comércio Ilegal de Agrotóxico	0	0	0	n/d	n/d	0
Deixar de Recuperar a Área Pesquisada ou Explorada	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Envenenamento de Água Potável, Substância Alimentícia ou Medicinal com Resultado Morte	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Envenenamento de Água Potável, Substância Alimentícia ou Medicinal - Culposa com Resultado Morte	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Causar Poluição de Qualquer Natureza com Resultado Lesão Corporal Grave	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Causar Poluição de Qualquer Natureza com Resultado Morte	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Disseminação de Doença ou Praga	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Estabelecimentos, Obras ou Serviços Potencialmente Poluidores com Resultado Morte	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Total	196	281	376	332	229	1414

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Tabela 4
Crimes contra o Ordenamento urbano e o patrimônio Cultural
2002-2006

Descrição dos Títulos	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Dano ao Patrimônio Público	620	761	723	586	553	3243
Dano ao Patrimônio Público a PAF(específico)	27	102	37	n/d	n/d	166
Pichar Edificação ou Monumento Urbano	4	17	17	28	28	94
Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural (outros)	n/d	1	5	15	4	25
Construção em Solo não Edificável	n/d	n/d	n/d	10	3	13
Pichar edificação ou monumento urbano tombado	n/d	n/d	n/d	3	6	9
Dano em Coisa de Valor Artístico, Arqueológico ou Histórico	2	0	3	0	2	7
Destruir, Inutilizar ou Deteriorar Bem Protegido	n/d	n/d	n/d	6	0	6
Dano ao Patrimônio Público - Tentativa	n/d	n/d	n/d	2	3	5
Destruir, Inutilizar ou Deteriorar Patrimônio Cultural	n/d	n/d	n/d	1	1	2
Monumentos Arqueológicos e Pre-Históricos	0	0	0	0	0	0
Dano em Coisa de Valor Artístico, Arqueológico ou Histórico - Tentativa	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Destruir, Inutilizar ou Deteriorar Bem Protegido - Culposamente	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Total	653	881	785	651	600	3570

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

Tabela 5
Crimes contra a administração ambiental
2002-2006

Descrição dos Títulos	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Meio Ambiente - Crime Contra o Meio Ambiente(Outros)	720	480	369	n/d	n/d	1569
Sanções Penais e Administrativas ao Meio Ambiente	n/d	n/d	n/d	279	552	831
Crimes contra a Administração Ambiental (outros)	n/d	n/d	n/d	45	143	188
Deixar de Cumprir Obrigação de Relevante Interesse Ambiental	n/d	n/d	n/d	0	2	2
Conceder Licença, Autorização ou Permissão em Desacordo com as Normas Ambientais	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Conceder Licença, Autorização ou Permissão em Desacordo com as Normas Ambientais - Culp	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Deixar de Cumprir Obrigação de Relevante Interesse Ambiental - Culposos	n/d	n/d	n/d	0	0	0
Total	720	480	369	324	697	2590

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

	Código presente ASPLAN (até 2004) e GEPDLBL (a partir de 2005)
	Código presente ASPLAN (até 2004)
	Código presente GEPDLBL (a partir de 2005)

(***) Títulos considerados em desuso pela ASPLAN/PCERJ

n/d Não disponível

Tabela 6
MUNICÍPIOS EM QUE OCORRERAM CRIMES AMBIENTAIS
ANO DE 2006

MUNICÍPIO	ABSOLUTO	%
RIO DE JANEIRO	687	28,3
NITERÓI	92	3,8
DUQUE DE CAXIAS	72	3,0
SÃO GONÇALO	51	2,1
ITAPERUNA	40	1,6
NOVA IGUAÇU	38	1,6
RESENDE	38	1,6
CAMPOS DOS GOYTACAZES	37	1,5
NOVA FRIBURGO	37	1,5
SÃO PEDRO DA ALDEIA	37	1,5
SAQUAREMA	36	1,5
ANGRA DOS REIS	34	1,4
ITABORAÍ	34	1,4
CACHOEIRAS DE MACACU	33	1,4
MARICÁ	33	1,4
TERESOPOLIS	33	1,4
DEMAIS MUNICÍPIOS	1098	45,2
NÃO INFORMADO	170	7,0
TOTAL	2430	107,0

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Dados trabalhados pelos autores.

ⁱ Vale ressaltar que a Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro possui uma unidade especializada voltada para a proteção ambiental. O Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente (BPFMA) é localizado no município de São Gonçalo, contudo tem como área de atuação todo o estado do Rio de Janeiro com diversos postos de policiamento florestal. O endereço eletrônico do BPFMA é <http://www.policiamilitar.rj.gov.br/bpfma/index.htm>

ⁱⁱ Foi de fundamental importância para o desenvolvimento do estudo a colaboração do Instituto de Segurança Pública com a concessão do banco de dados relativos a crimes ambientais, em especial da Dra. Ana Paula M. de Miranda (Diretora-Presidente) e dos servidores Renato Coelho Dirk, João Batista Porto de Oliveira, Marcus Ferreira, Andréia Soares Pinto, Leonardo de Carvalho Silva e Kátia Maurila.

ⁱⁱⁱ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente - SEMA; Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF.

^{iv} A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) integra junto com a Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF), e a Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla), o sistema de política de gestão ambiental do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA). A FEEMA é o órgão responsável pelo licenciamento, controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, e do monitoramento do ar e dos corpos d'água do Estado.

^v O que não inviabiliza que estas entidades possam encaminhar denúncias de crimes ambientais e trabalhar em parceria com as atividades de polícia.

^{vi} Decreto nº16.770, de 23 de agosto de 1991.

^{vii} Trecho extraído na íntegra do *site* da DPMA (<http://www.policiacivil.rj.gov.br/dpma/index2.htm>) em 30/07/07.

^{viii} Trecho extraído na íntegra do *site* da DPMA (<http://www.policiacivil.rj.gov.br/dpma/index2.htm>) em 30/07/07.

^{ix} Não obstante, para fins investigativos, o registro de crime ambiental feito em uma delegacia de polícia comum deve ser notificado à delegacia especializada de meio ambiente, DPMA.

^x Foram fornecidos pelo ISP microdados dos registros de ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro de títulos relacionados a crimes contra o meio ambiente. O termo “microdado” pode ser descrito como a menor unidade observada de uma base de dados.

^{xi} Para a SENASP a norma/ origem que rege a categorização dos crimes contra o meio ambiente é a Lei 9605/1998, Capítulo V (“Dos crimes contra o meio ambiente”), arts. 29 a 69, atualizada pela Lei nº9985/2000.

^{xii} Decreto nº36.872, de 17 de janeiro de 2005.

^{xiii} Conforme Resolução SESP nº 760, de 14 de fevereiro de 2005.

^{xiv} Destaca-se que estes dados que anteriormente eram coletados pela ASPLAN e que agora ficam a cargo do GEPDLBL, são repassados para o Instituto de Segurança Pública, órgão responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas oficiais sobre criminalidade ocorridas no estado do Rio de Janeiro.

^{xv} Os títulos foram descritos nas tabelas exatamente como apareceram escritos no banco de dados.

^{xvi} Por isso é utilizada em alguns títulos a abreviação “n/d” que indica que determinado título não está disponível para aquele ano.

^{xvii} As AISP foram criadas em 1999, no estado do Rio de Janeiro, como uma nova divisão geográfica das áreas de atuação das Polícias Civil e Militar. Em todo o estado são 40 AISP, cada qual representada pelos comandantes dos batalhões da Polícia Militar e delegados titulares das delegacias distritais.

^{xviii} O termo circunscrição corresponde a área geográfica de atuação de uma determinada Delegacia de Polícia Civil.

^{xix} Mapa elaborado por Thatiane Christine Coelho Bittencourt e Leonardo de Carvalho Silva.